

Superior Tribunal de Justiça

CARTA ROGATÓRIA Nº 14.629 - PT (2019/0154723-9)

RELATOR : **MINISTRO PRESIDENTE DO STJ**
JUSROGANTE : TRIBUNAL JUDICIAL DA COMARCA DE FARO - JUÍZO
LOCAL CRIMINAL DE FARO - JUIZ 3
INTERES. : ZÉLIA RODRIGUES DE OLIVEIRA
ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO - CURADOR ESPECIAL
A.CENTRAL : MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA
PÚBLICA

DECISÃO

Trata-se de carta rogatória por meio da qual a Justiça portuguesa solicita que se proceda à citação da parte interessada para, querendo, apresentar resposta a ação penal em trâmite no Juízo rogante (fls. 6-9).

A intimação prévia foi recebida por terceiro, conforme os documentos postais de fls. 35-36.

A Defensoria Pública da União, na qualidade de curadora especial, requer que o Ministério Público Federal forneça informações sobre a localização da parte interessada (fls. 41-43).

O Ministério Público Federal opina pela concessão da ordem e afirma que, à fl. 27, indicou provável endereço da parte interessada (fl. 45).

É o relatório. Decido.

A intimação prévia é procedimento preliminar da concessão do *exequatur*. Em seguida, os autos são remetidos ao juízo federal competente para o cumprimento da diligência objeto da rogatória, nos termos do art. 216-V do RISTJ. Assim, possibilitam-se novas oportunidades à parte interessada para, caso queira, manifestar seu inconformismo.

O objeto da presente carta rogatória não atenta contra a soberania nacional, a dignidade da pessoa humana e/ou a ordem pública, razão pela qual, com fundamento no art. 216-O, c/c o art. 216-P do RISTJ, **concedo o exequatur**.

Assim, **remeta-se a comissão à Justiça Federal, à Seção Judiciária do Estado do Paraná, para as providências cabíveis.**

Cumpra-se a diligência em 60 dias.

Após, devolvam-se os autos ao STJ para que sejam enviados ao país de origem por meio da autoridade central competente.

Superior Tribunal de Justiça

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 07 de outubro de 2019.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA

Presidente

